

*POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'***POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'**Diego Roque Evangelista¹

Resumo: O município de Juína no Noroeste de MT foi palco de diversos conflitos em sua implantação desde os primeiros exploradores até os dias atuais principalmente entre os primeiros desbravadores e os povos nativos. A partir deste contexto, o presente trabalho abre uma discussão sobre as políticas públicas adotadas pela SUDECO em parceria com a CODEMAT na implantação do município de Juína. Analisando os pontos positivos e negativos para a população local, sua biodiversidade e para o desenvolvimento econômico da região. Para que possamos compreender o nosso presente é necessário olharmos o nosso passado, e dentro dessa perspectiva levantarmos causas para todo esse conflito entre esses dois grupos. Vale frisar que a maioria das políticas de reforma agrária não serve para benefício de quem realmente precisa, o que realmente acontece é a multiplicação da quantidade terra dos barões do agronegócio.

Palavras chave: Juína, Políticas Públicas, Comunidades Indígenas, Noroeste, Mato Grosso.

PUBLIC POLICIES IN THE IMPLEMENTATION OF THE MUNICIPALITY OF JUÍNA, 'THE QUEEN OF THE FOREST'

Abstract: The municipality of Juína in the Northwest of MT was the scene of several conflicts in its implementation from the first explorers to the present day, mainly between the first pioneers and the native peoples. From this context, the present work opens a discussion about the public policies adopted by SUDECO in partnership with CODEMAT in the implementation of the municipality of Juína. Analyzing the positive and negative points for the local population, its biodiversity and for the economic development of the region. In order for us to understand our present, it is necessary to look at our past, and within this perspective, we must raise causes for all this conflict between these two groups. It is worth noting that most agrarian reform policies are not for the benefit of those who really need it, what really happens is the multiplication of the amount of land owned by agribusiness barons.

Keywords: Juína, Public policy, Indigenous Communities, Northwest, Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Dentro da perspectiva de desenvolvimento do Brasil na metade do século XX, o município de Juína foi idealizado através de políticas públicas, em concordância com o regime militar, para proteger as fronteiras, desenvolver as terras devolutas e diminuir o inchaço populacional no sul e sudeste do Brasil. Além de Juína grande parte do noroeste e norte Matogrossense foram desenvolvidos a partir da década de 1960.

¹ Mestrando em Geografia/UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Licenciado e Geografia pela AJES – Faculdades do Vale do Juruena. Email: diegoroqueevangelista@gmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ‘A RAINHA DA FLORESTA’

Deste modo, é preciso compreender que essas Políticas públicas são importantíssimas para a melhor execução de infraestrutura capaz de desenvolver determinada região, que só é possível através do embasamento legal mediante sanção do poder executivo e delegação de instituições públicas capazes de desenvolver determinado projeto.

Todo desenvolvimento gera consequências sociais, econômicas e ambientais, então o principal papel desse estudo é discutir as políticas públicas adotadas para implantação do município de Juína, analisando os aspectos positivos e negativos para o ecossistema e a atividade humana local, aqui identificada como povos indígenas que sofreram diversos embates com exploradores e os colonos ‘pioneiros’ posteriormente. Portanto, entender as causas e as origens desses conflitos é de vital importância para esta discussão.

Dentro desse contexto o presente estudo está organizado em duas partes que estarão aliadas aos aspectos geográficos e históricos da região o seu principal meio de pesquisa a partir da análise de fatos históricos, imagens registradas no acervo da cidade, material bibliográfico coletado pelos pesquisadores locais em dissertações de mestrado e artigos publicados em periódicos e anais de congressos.

Portanto, a primeira parte ‘Juína – A rainha da floresta’ procura trazer diversos apontamentos históricos acerca das duas primeiras décadas da implantação do município, como os conflitos entre exploradores e os povos indígenas, os ciclos econômicos da região que é o caso do extrativismo vegetal e mineral. A segunda parte ‘Políticas Públicas Na Implantação De Juína’ já se destina à análise das políticas públicas adotada pela SUDECO e CODEMAT na execução do projeto Juína, bem como uma discussão sobre a herança deixada pelo desenvolvimento no solo juinense. Por fim, ao concluirmos essa discussão percebemos que existe uma tendência relacionada ao mercado capitalista inserida na implantação do Projeto Juína que deu origem ao município de mesmo nome.

JUÍNA - A RAINHA DA FLORESTA

Juína é um município predominantemente localizado no noroeste de Mato Grosso, estando a 748,9 quilômetros de Cuiabá, capital administrativa do estado. Possui divisas com os municípios de Castanheira e Aripuanã ao norte, Campo Novo dos Parecis e Comodoro ao sul, V43ilhena a oeste e a leste o município de Brasnorte (Figura 1). Como qualquer outra

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

civilização o município de Juína também está inserido em um ambiente rodeado de rios tais como Juruena afluente do Tapajós como também o Juína-Mirim e o Aripuanã.

Revista Geopolítica Transfronteiriça, v. 1, n. 2 agosto. 2023. ISSN: 2527-2349

Caracteristicamente pertence ao bioma amazônico, por suas matas serem densas, relevo irregular e com árvores de ampla cobertura. Clima equatorial com duas estações muito bem definidas sendo elas: seca e chuvosa, a primeira é marcada pelo período que compreende entre os meses de maio a setembro, já a última tem como características as chuvas constantes marcadas até por dias de chuva seguidas (FERREIRA, 2001).

Devido à proximidade com outros biomas por se tratar de uma região pertencente ao Estado de Mato Grosso que possui o encontro entre os biomas: amazônico, cerrado e pantanal. Assim sendo, o município de Juína possuía uma grande variedade de madeiras nobres e com grande poder de compra no mercado internacional, além de proporcionar terras boas para implantação de pastagens e possíveis lavouras que só foram implementadas a partir da primeira década dos anos 2000. Poderíamos pontuar esses fatores de atração para colonos do centro-sul para a região do noroeste mato-grossense.

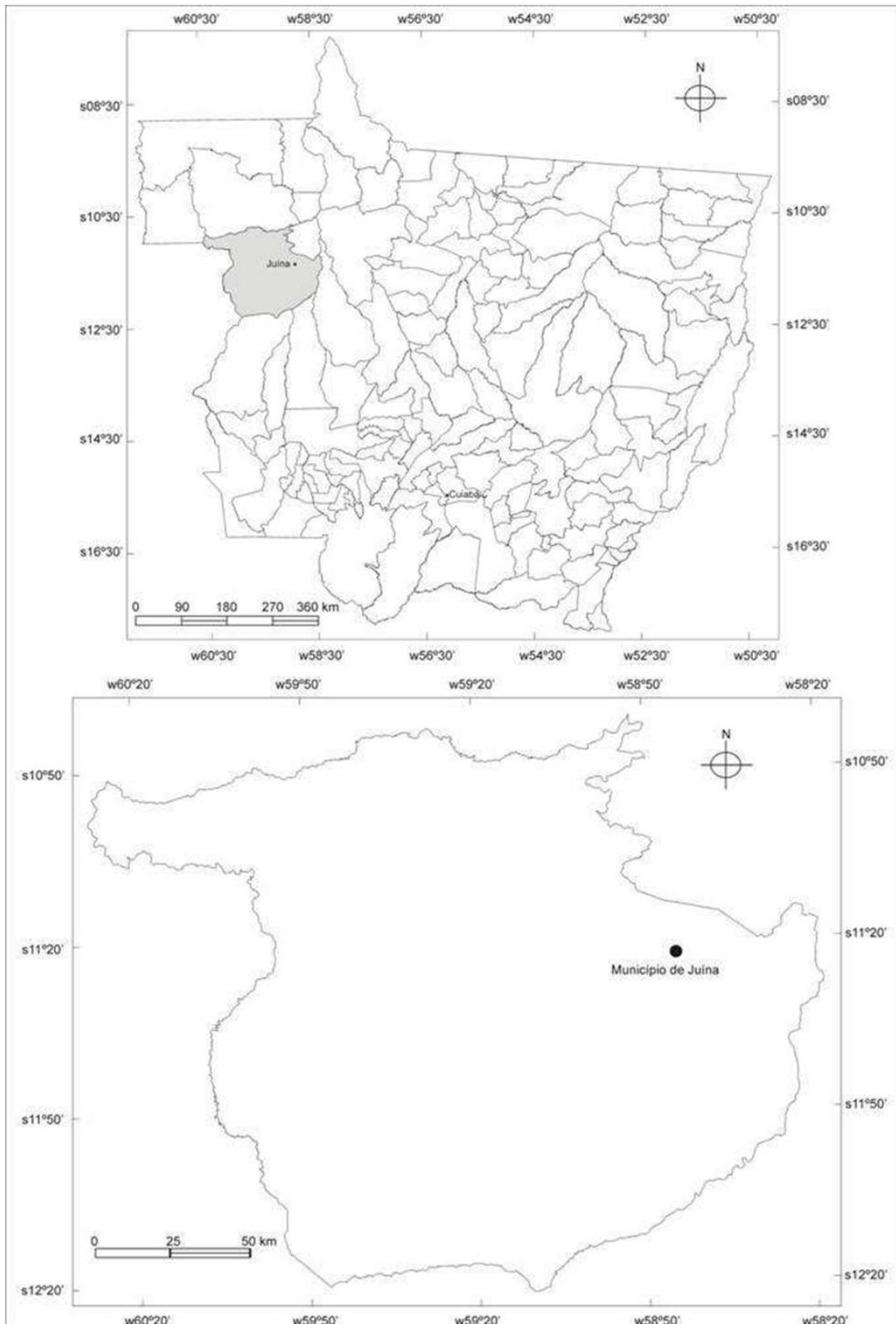
POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

Figura 01: Localização do município de Juína-MT

Fonte: LEMES, Denise Peralta (2009).

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

Juína em seus 40 anos de existência já passou por diversos problemas de ordem social, política e econômica. Neste sentido não podemos só mostrar o que ela é hoje e acharmos que sempre foi assim, pelo contrário, a história de Juína é marcada por diversos conflitos entre os colonos e os povos indígenas nativos da região, então a partir de agora trataremos dos principais momentos da história da emancipação deste município, que hoje é conhecida como a “Rainha da Floresta”, devido à presença constante da Floresta Amazônica em nosso horizonte, além do caráter histórico e mitológico do nome Juína. De acordo com Ferreira (2001), é originalmente um nome indígena, “[...] da etnia Pareci, de grafia "zui-uína", que significa - Rio do gavião. Também há a possibilidade de originar da etnia Cinta Larga "ju-hi-iña" (Ferreira, 2001.p.416).

Antes de tratarmos especificamente das políticas públicas adotadas na implantação de Juína, vale a pena relatar uma história que mais parece o roteiro de algum filme de horror, mas esse absurdo aconteceu há quase 60 anos atrás! O caso do Massacre do Paralelo 11 ganhou muita repercussão internacional, sendo denunciado pela grande mídia como também ONG's e ativistas dos direitos humanos. O mesmo foi gerado a partir da presença de exploradores na região principalmente seringueiros e os povos Cinta-Larga. O crime ocorreu em 1965, mas somente foi revelado por um funcionário da empresa seringalista Arruda e Junqueira, possíveis autores do massacre em 1967. Segundo o relato de Francisco de Brito, funcionário da empresa seringalista. Foram organizadas duas expedições, sendo uma por aeronave, onde foi jogado açúcar com arsênico, já na segunda expedição explosivos que foram jogados na aldeia destruindo e matando grande parte daquela comunidade (KRÄUTLER, 2012).

Um dos primeiros moradores do município e autor do livro “A rainha da floresta” Lídio Iores (2009) narra essa história. Os índios sobreviventes foram em busca de esconderijo na mata, os jagunços que receberam pelo feito passaram a caçar cada indígena como se fosse um bicho, um mero empecilho para algo mais importante. Entre os sobreviventes estava, Myky e Juyná, um casal juntamente com seu filho, tentaram fugir pelo rio, mas acabaram sendo encontrados, Myky foi esquartejado a golpes de facão, Juyná foi estuprada e depois foi içada por duas pernas como se levanta qualquer animal para o processo de “carnear” e partida ao meio na frente de seu filho. O destino da criança é incerto, mas conta-se que sobreviveu. Todos esses conflitos ocorreram devido a desordem entre a população autóctone e os exploradores, além da venda “criminosa” e negligente de terras que não eram livres e sim território indígena, mas a CODEMAT,

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

juntamente com os diretores da SUDECO que idealizaram uma cidade em meio a mata amazônica “sem a presença de indígenas”, o projeto Juína só foi aprovado no Congresso Nacional devido a essa informação. Por que essa informação é enganosa? De acordo com (FERREIRA, 1994) o território deste município abarca duas grandes áreas indígenas e a Estação Ecológica a Iquê Juruena, essas áreas juntas compreendem uma área de quase 75% de todo território.

Vale ressaltar que em toda a Floresta Amazônica existe terra indígena, então é impossível haver qualquer mobilização política de ordem territorial sem ir de encontro com terras de propriedade dos originários da terra, na verdade o que ocorreu foi uma tentativa de apagamento daquela população, visando a ocupação do território para exploração dos recursos naturais, assim como ocorreu no Brasil colônia. O município de Juína é um gigante patrimônio cultural indígena, pois é cotidiano a presença desses povos em perímetro urbano, possuímos mais de 7 etnias em toda a região noroeste de Mato Grosso, mas no município especificamente são três: os Rikbaktsa, Cinta Larga (envolvidos no massacre do Paralelo 11) e os Enawên-Nawê. (FERREIRA, 1994). Neste sentido as comunidades indígenas da região eram consideradas

Um empecilho que se dissipava com a expropriação de suas terras, a dispersão das aldeias, a transferência de populações, doenças e aberta eliminação física, pelo envenenamento, o contágio induzido, a fome e o assassinato, práticas recorrentes, vivas na memória do massacre do Paralelo 11, ocorrido em 1963, em Aripuanã, norte do estado. Presença indígena e expansão da fronteira econômica, inevitavelmente, se encontravam em projetos agropecuários, abertura de estradas, garimpos, construção de barragens e hidrelétricas. (MARTINEZ, 2010, p. 291)

O histórico da colonização não somente do noroeste mato-grossense, mas em grande parte da Amazônia é marcada por desumanidades contra os indígenas, vale lembrar que esse evento e de muitos outros não noticiados continuam sem punição. Podemos atribuir a baixa densidade demográfica e a falta de acesso à região que estava fora da rota principal das rodovias 364 e 163 como uma das causas para que esse conflito não tenha sido mediado por autoridades de maneira eficiente a punir esses criminosos. A região só passou a ser desenvolvida efetivamente no final da década de setenta, anterior a isso era uma terra de exploradores e especuladores. Era um espaço aberto, segundo Santos (2012, p. 66-67) “para práticas diversas de desumanidades, de ocupação de lotes de terras por posseiros e a população desassistida pelo poder público.”

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

Juína e a madeira

Em 1977, para incentivar o desenvolvimento da região os colonos passaram a trabalhar com a extração de madeira, o crescimento desse setor foi exponencial devido a grande quantidade de madeira de alto poder aquisitivo tais como: cerejeira (*Torresea acreana*), mogno (*Swietenia macrophylla*), cedro rosa (*Cedrela sp*), freijó (*Cordia goeldiana*) e peroba (*Aspidosperma sp*). Era exigido que os colonos derrubassem grande parte de seus lotes como clausula de contrato, então, não tinha escapatória, para que as primeiras lavouras fossem cultivadas era necessário a derrubada.

Em uma conversa com madeireiros em outro estudo sobre o "Avanço do Setor Madeireiro em Juína - MT", o pioneiro de Juína e também um importante madeireiro, ainda atuante na região, Osvaldo da Luz. Diz que chegou em Juína na década de 1970, em busca de melhores condições de vida para ele e sua família. Como não era agricultor a única coisa que sabia fazer era trabalhar com madeira, então, decidiu trabalhar com o que era bastante abundante.

Vale a pena ressaltar que a CODEMAT exigia que os colonos derrubassem 20% do lote inicialmente sendo alterado posteriormente por 50%. Essa exigência garantia os títulos de propriedade dos lotes comprados, na finalização do pagamento do financiamento. As propriedades que ficavam mais nas dependências urbanas eram queimadas como um processo mais rápido, dentro desses processos os madeireiros compravam as madeiras que lhes interessava dos colonos a preço ínfimo, e as demais eram deixadas para que o fogo as consumisse. Entre essas árvores haviam algumas que não tinha tanto valor de mercado e outras que não possuíam tamanho ideal para serra, e mesmo assim foram destruídas. Esse desperdício de recursos naturais marcou toda a exploração da região noroeste o que é comum, mas dentro da perspectiva do avanço e sustentabilidade do setor madeireiro essa prática foi um grande tiro no pé, pois a madeira da região foi se acabando gerando falência em diversas empresas que trabalhavam através de serrarias, beneficiamentos e depósitos de madeira. Atualmente as madeiras trabalham com a extração de sua matéria-prima em outras regiões do noroeste de Mato Grosso, mais precisamente nas cidades de Aripuanã e Colniza. A partir daí conseguem fazer o comércio entre os demais estados brasileiros e também internacionalmente (EVANGELISTA & LEMES. 2011).

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

O interesse da CODEMAT era derrubar e entregar uma cidade produtiva em menos tempo possível o que gerou grande pressão nos colonos em derrubar os seus lotes beneficiando os madeireiros a grosso modo. A instituição também não deu nenhum treinamento ou suporte técnico nessas derrubadas que fossem menos prejudiciais à mata nativa. Era ordenado que os camponeses desmatassem o mais rápido possível, não dando importância se seria a base de queimadas ou correntão, o importante era derrubar para poder produzir. Em busca de um mais rápido desenvolvimento a SUDECO e CODEMAT juntamente com madeireiros e garimpeiros ajudaram a abrir as matas e dar o tão "desenvolvimento econômico" na região, em detrimento aos recursos naturais da região que eram vastos.

Juína e o diamante

Havia uma programação de desenvolvimento urbano do município de Juína, mas a descoberta de diamantes na região em 1976, desencadeou um inchaço populacional que foi responsável por diversos problemas sociais na região devido a transferência de uma parcela da população que estava no campo, sendo atraída para os potenciais garimpos. Esse êxodo rural gerou uma grande queda no mercado agrícola que agora perdia a sua mão de obra. A notícia atraiu não só os trabalhadores da região como também garimpeiros do país inteiro e até de outros países.

Garimpeiros não eram bem vindos na região de acordo com os princípios desenvolvimentistas da CODEMAT (SANTI. 2015). A atividade pioneira sofreu bastante com a atuação dos garimpos na região, pois a intenção eram trazer os colonos para trabalhar e desenvolver a região e não inchar a população com pessoas a explorar apenas os recursos da região, sendo necessário a intervenção do Estado para finalizar essas atividades como veremos nas próximas páginas deste texto.

As jazidas de diamantes foram descobertas através da SOPEMI – Sociedade de Pesquisas Minerais e pelo Projeto RADAMBRASIL. Os irmãos Bem-Davi, eram compradores de diamantes e escolheram a cidade de Juína para instalação da Bolsa de diamantes, um local aonde garimpeiros iriam negociar as gemas que haviam encontrado nos garimpos, sendo um importante avanço para o comércio de gemas nas região, pois as negociações eram feitas em qualquer lugar da cidade até mesmo na estação rodoviária. “O comércio diamantífero não escolhe lugar nem hora para ser realizado.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

Bastava sair nas ruas da cidade para se dar conta desta realidade” (LEMES & BRESCIANI. 2010 p. 8).

Entre os anos de 1987 a 1992 foi possível ver um próspero ciclo de um intensivo extrativismo mineral que acarretou em um aceleração no processo de ascensão econômica do município. A população no início desse ciclo era caracterizada como 30% urbana, chegando a 70% posteriormente. Devido à falta de infraestrutura de integração regional alguns pequenos proprietários cederam a oferta de grandes pecuaristas que teriam mais recursos para produzir e escoar a sua produção o que não era possível para o pequeno produtor.

Não estamos falando apenas de infraestrutura urbana e sim de escoamento da produção, mas a urbana para atendimento desse grande contingente populacional também estava precária. A cidade teve que se desenvolver a *forceps*, e esse processo não foi fácil, pois os produtores rurais não conseguiam produzir alimentos suficiente para atender a população local, sendo necessário recorrer a vendedores de outras localidades, onde produtos de cesta básica eram escassos e caros. Alguns moradores relatam que um simples pedaço de carne era um luxo para poucos, então muitos se aventuravam nas matas em busca de caça para alimentar a suas famílias, mesmo havendo uma grande circulação de recursos financeiros na cidade o comércio não conseguia atender a população.

A extração garimpeira gerou muita riqueza para o município de Juína, mas prejudicou o desenvolvimento agrícola da região, como também a degradação dos recursos naturais que fora implacável e que permanece sem nenhum tratamento para recuperação dessas áreas afetadas veja a figura 03. Neste sentido, foram sancionadas algumas leis pela Câmara Municipal para poder controlar e fiscalizar as ações do garimpo como a Lei nº. 190/1989 que estabelece normas para preservação do meio ambiente e controle das atividades garimpeiras no que se referia a conservação dos mananciais, rios e os reservatórios do Município (CAVICHOLI, 2018).

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ‘A RAINHA DA FLORESTA’

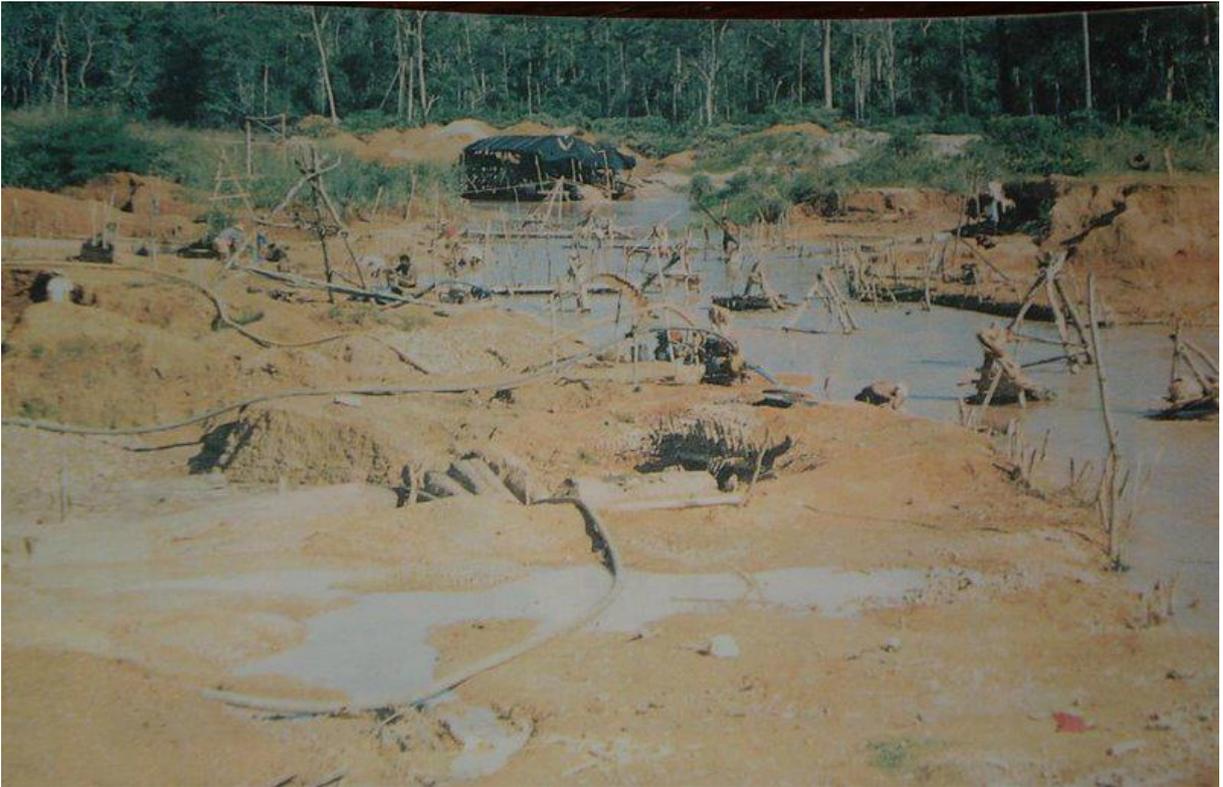


Figura 02: Garimpo em Juína

Fonte: <https://www.juina.mt.leg.br/institucional/historia/fotos-historicas/garimpo-em-juina/view>

Devido a diminuição da extração garimpeira em 1992, os pequenos produtores e colonos da região viram na organização um caminho para voltar as vias de desenvolvimento mais sustentável, neste sentido recorrem ao poder político municipal que emitiu uma lei que proibia a extração de minério de qualquer espécie nos rios e seus afluentes que pertenciam ao município de Juína, sendo eles o Rio Perdido e o Juína-mirim. A Lei nº 313/1992 gerou foi bastante polêmica na região, mas alcançou eficácia quando a economia voltou a se equilibrar.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DE JUÍNA

Falar deste projeto que deu origem a Juína é falar sobre uma ação do governo ligado ao programa nacional de integração da Amazônia, “Integrar para não entregar”. As instituições que estariam a frente dessa obra foram Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – CODEMAT e a SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste. Sendo a última o órgão responsável por planejar, organizar e gerar Políticas Públicas visando desenvolver a região Centro – Oeste tendo como “filosofia” “PRODUZIR oportunidades e

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ‘A RAINHA DA FLORESTA’

PROMOVER seu aproveitamento para ACELERAR o desenvolvimento harmônico do Centro-Oeste” (MINTER/SUDECO *apud* ABREU, p. 29. 2014).

A SUDECO estava em Brasília organizando os projetos e estabelecendo políticas públicas para tal desenvolvimento, mas a informação da realidade desses locais passava longe de suas mesas de discussões, tudo que tinham de conhecimento era que essas áreas estavam tomadas por uma vegetação densa.

Esses povoados, verdadeiros núcleos urbanos instalados em meio à floresta, foram em alguns casos projetados em Brasília, pelos técnicos da SUDECO, sem sequer visitarem a área. Juína é um exemplo, tendo sido planejada em função de um projeto de colonização dirigida. Da mesma forma é possível citar Juruena, Terra Nova, Colíder, Canarana, Sinop, entre outros (ABREU, 2014 p. 175).

Como superintendência era preciso viabilizar outras companhias para focar em regiões específicas, é onde entra a CODEMAT criada em 1968 pelo Governo de Mato Grosso em consonância com a política desenvolvida pelo regime militar, esse órgão seria o que a SUDECO deveria ser para o desenvolvimento do Centro Oeste. A Companhia conseguiu sobreviver a divisão política do Estado entre 1977 e 1979, que dividiu o estado em duas unidades federativas, o Estado de Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, essa sobrevivência está associada principalmente por suas atividades estarem ligadas as regiões norte e nordeste do Estado (SANTI. 2015).

Aqui, Política Pública é entendida como um processo que está muita além de uma política social, na verdade é um caminho tenebroso que segundo (RODRIGUES. 2010) irá unir grupos que integram a sociedade, mas que possuem interesses, valores e objetivos contrastantes em busca de uma tomada de decisão que seja para o benefício da população, gerando serviços sociais, desenvolvimento e dignidade para a mesma.

Era preciso criar infraestrutura para integrar a região noroeste as diversas partes do Brasil expandindo as fronteiras políticas do Estado gerando mais renda e desenvolvimento na região. Essa política integracionista também tinha um embasamento ideológico do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, conhecido lema da Ditadura Militar, período compreendido entre (1964-1985). O contexto aqui inserido de acordo com (CAVICHOLI, 2018), é marcado por um grande conflito em escala macro de tensões sociais no sul e sudeste, principalmente provocados por um inchaço populacional, então não era apenas uma ação do governo para ocupar as chamadas terras livres e sim tornar a região uma iniciativa para aliviar a crise social e política

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

do sul e sudeste. A política adotada pelos militares, era baseada em uma “reforma agrária”, mas de terras devolutas, neste sentido, a atuação do governo era presente, mas a atuação do colonizador era considerada muito mais importante sendo visto como um ato “heroico”

O mesmo decide depositar seus esforços e recursos em uma região bastante primária, de mata fechada, com inúmeras doenças típicas de florestas tropicais como a malária. Enfrentando tudo isso para gerar desenvolvimento econômico a partir de um deserto, o deserto verde, e principalmente em busca de uma vida melhor.

A CODEMAT era uma empresa de economia mista e de sociedade anônima, então não era uma empresa estatal e sim privada que visava o lucro. De ordem mista porque o poder de voto pertence majoritariamente ao poder público (PLÁCIDO E SILVA. 2009), mas que possui orçamento próprio e cronograma pré-estabelecido. Seria uma área para desenvolvimento agrícola e do pequeno produtor rural, mas devido os acontecimentos na região como o garimpo entre outros tudo não passou de um pretexto “[...] para a privatização de grandes áreas ocupadas por antigos posseiros, provocando o aumento de tensões e violências no campo e o fortalecimento da concentração fundiária no Estado” (MORENO, 1999). Porque já vimos anteriormente que os pequenos produtores venderam os seus lotes para os grandes proprietários de terra, em decorrência a falta de recursos no auge da extração garimpeira.

Essa falta de recursos está relacionada a algumas situações bastantes cotidianas nas primeiras décadas do projeto Juína, a falta de infraestrutura e condições necessárias à dignidade humana. A CODEMAT investiu pesado em propaganda para atrair os sulistas colonizadores, mas o que a companhia não informava era a realidade que os colonos enfrentariam na chegada. O conflito já mencionado anteriormente com os indígenas como também a falta de “estradas de acesso entre o núcleo urbano e os lotes rurais. O que havia eram os “picadões”, trilhas nas quais só se passava a pé, sem nenhuma estrutura de apoio aos colonos. Os tais “picadões” eram mal traçados que rapidamente eram tomados pela mata” (SANTI. 2015, p. 52).

No Programa Estadual de Colonização Projeto Juína Volume I, no capítulo IV, p. 3. Disponível na dissertação de Rejane Pereira Santi, apresentada Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Constam os critérios estabelecidos pela CODEMAT para seleção dos colonos, tudo era baseado no Cadastro do Colono. Era preciso que o colono segue as seguintes diretrizes: “I - comprovante de crédito junto ao Banco do Brasil; II - comprovar experiência em atividades agrícolas que poderiam ser expedidas

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

também pelo Banco do Brasil ou junto aos sindicatos rurais aos quais fosse credenciado; III - apresentar comprovação de bons antecedentes.” (SANTI. 2015, p. 52).

O processo de venda dos lotes e ocupação da terra foi muito rápido mesmo com todos os entraves físicos de infraestrutura da região. Poderiam ser negociados ainda nos estados de origem, nos escritórios da CODEMAT em Cuiabá, capital do Mato Grosso ou até mesmo na cidade Vilhena em Rondônia, sendo a última cidade que dava acesso á área do Projeto. Os lotes eram negociados a vista ou financiados pela CODEMAT a taxas de juros de 12% ao ano, a partir de uma entrada de 40% do valor.

Neste sentido a companhia tinha como papel orientar as pessoas a resolverem todos os documentos para investir na região, era de interesse deles. Como também davam garantias de retornos do investimento que eram irrecusáveis, além das condições básicas de infraestrutura “para receber os colonos: condições de transporte, vias de acesso entre os lotes rurais, os subnúcleos e o núcleo urbano, escolas, segurança pública e pelo menos um hospital” (SANTI. 2015, p. 54). Mas sabemos que em algum momento se perderam nessa viabilização de infraestrutura.

As estradas aos poucos foram abertas e as primeiras casas construídas dando origem ao conhecido traçado urbano da cidade criado pelo Engenheiro da CODEMAT, Hilton Campos. O mesmo foi o responsável pelo projeto de urbanização do município de Juína, que foi organizada em módulos de aproximadamente 35 hectares, sendo criado até o módulo 04. Já o Módulo 05 e os bairros periféricos como o São José Operário foram traçados no final da década de 1970 e início da de 1980 (SANTI. 2015). Dentro deste contexto cada módulo foi dividido em lotes em geral medindo 20m de largura e 40 metros de extensão, mas havia lotes maiores. A zona rural foi vendida em lotes que possuíam um relativamente acessível, possivelmente parcelado possuindo em torno de 30 a 40 hectares (CAVICHOLI, 2018). Esse projeto de implantação é visto como de maior êxito pela CODEMAT e ainda é possível observar essa organização urbana na atualidade.

Na época apenas o município de Aripuanã pertencia ao Noroeste de Mato Grosso. Dentro de seu território havia um Distrito chamado de Fontanillas que atualmente faz parte do território de Juína estando a pouco mais de 60 km do município.

Sendo neste mesmo local sede de uma reunião em meados da década de 1970, onde participaram alguns diretores da SUDECO e CODEMAT, que já haviam sido convocados a construir uma rodovia que ligasse a BR-364 o município de Vilhena – RO até Aripuanã-MT,

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ‘A RAINHA DA FLORESTA’

sendo a rodovia financiada através de políticas públicas do programa Polaamazônia², desta reunião formalizaram o Projeto Juína, que objetivava a implantação de uma cidade em plena selva amazônica. “O projeto teria aproximadamente 411 mil hectares na região do Alto Aripuanã ao Juína-Mirim, do quilômetro 180 ao 280 da rodovia AR-1.” (SANTOS, 2012).



Figura 03: Vista parcial do Módulo 01. Ano 1979.
Fonte: Biblioteca Municipal de Juína, Casa da Cultura

O INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária aprovou o projeto em 1978 através da portaria nº 904, de 17 de setembro do mesmo ano, segundo informações do site oficial do município (CAVICHOLI, 2018). No ano posterior mais precisamente no dia 10 de julho o distrito de Juína foi criado a partir da Lei nº 4.038, sendo território de Aripuanã já a sua emancipação política ocorreu em 9 de maio de 1982, através da Lei 4.456 de autoria do então Deputado Oscar Ribeiro e sancionada pelo então Governador do Estado doutor Frederico Campos.

² Art. 1º. É criado o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia. (D.O.U - Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974.)

*POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'***CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de colonização de Juína alterou a dinâmica social, econômica e cultural da região. Cerca de 75% do território destinado ao projeto era território indígena, mas a informação foi apagada entre as páginas do projeto juntamente com uma grande parcela dessa população original através de expedições de extermínio, juntamente com os confrontos diretos e indiretamente entre colonos e indígenas a partir da urbanização do município.

Os pioneiros da região foram agricultores, pecuaristas e seringueiros que vieram das regiões sul e sudeste Brasil para compor o quadro de colonos dispostos a ajudar no desenvolvimento da região através do trabalho no campo, e posteriormente na extração de madeira.

Entre os objetivos do Projeto Juína estavam a de receber o excedente populacional de outras regiões e ocupar racionalmente a região criando e desenvolvendo as comunidades, viabilizando o fomento e incentivo para o colono na derrubada, no manejo e na manutenção da terra (SANTI. 2015). Esse objetivo não foi atendido, na verdade a CODEMAT não necessariamente gerou aquilo que propunha, muitos tiveram que 'tirar leite de pedra' para poder se manter no município, muitos colonos que não tinham recursos para custear as várias camadas de investimento até a propriedade começar a dar lucro, tiveram que vender suas terras para poder recuperar o seu investimento, visando uma possível volta a sua terra natal ou permanecer na área urbana exercendo outras atividades que não fossem a de proprietário de terra produtiva.

Portanto, a história nos ensina que o presente e o passado não são muito diferentes, sempre podemos analisar o hoje a partir de nossa história, atualmente o agronegócio tem monopolizado os meios de produção e a cada dia tem sufocado o pequeno produtor. Esse sufocamento também ocorreu em Juína no período de colonização, então, podemos constatar através dos relatos históricos, que o Projeto Juína foi mais uma política pública de reforma agrária que no final das contas serviu para promover a tão conhecida especulação de mercado, ou seja, os grandes proprietários de terra se aproveitaram da falta de recursos que os produtores mais pobres possuíam, devido a negligência da CODEMAT em proporcionar aquilo que fora acordado no ato da compra do lote, para poder comprar a suas terras a preços baixos.

Atualmente o município de Juína permanece de pé com seus 40 anos de emancipação, a cada dia o agronegócio se consolida gerando riqueza e desenvolvimento para a região, mas principalmente para uma pequena parcela da população detentora das grandes quantidades de

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

terra. Mesmo com tamanho desenvolvimento econômico é perceptível a quantidade de pessoas que chegaram ao município com recursos de uma vida de trabalho, mas acabaram perdendo tudo ao investir na região sem o devido retorno. O sonho da 'Terra prometida' se tornou distante e o cotidiano agora é de muito trabalho no comércio, na indústria madeireira, nos órgãos públicos e até mesmo no mercado de trabalho informal.

REFERÊNCIAS

ABREU, SILVANA de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Matogrossense, contexto, propósitos e contradições** / Silvana de Abreu. Dourados-MS: UFGD, 2014.

Brasília: **DOU Diário Oficial da União**. Publicado no D.O.U. de 25 de setembro de 1974. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974.

CAVICHIOLO, Valdirene. **A relação Semântica dos Nomes dos Municípios de Juara, Juína e Juruena**. / Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018. Valdirene Cavichioli - Cáceres, 2018.

EVANGELISTA, D. R. & LEMES, D. P. **O avanço do setor madeireiro em Juína-MT**. Simpósio Internacional de Geografia Agrária / V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 7 a 11 de novembro de 2011 ; João Santos Nahum (Organizador). - 1. ed. - Belém : Ed. Açaí. - SINGA 2011.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades de Mato Grosso: Origem e significado de seus nomes**. João Carlos Vicente Ferreira, Pe. José de Moura e Silva. – Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 2008. 240p. 22cm.

_____. João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá. 2008.

_____, João Carlos Vicente - **Mato Grosso e seus Municípios**, Editora Buriti, 2001.

IORIS, Lídio. **A rainha da floresta** / Lídio Ioris – São Paulo: A Il Print Editora, 2009.

KRAUTLER, Dom Erwin. **Os povos indígenas do Xingu e a usina hidrelétrica de Belo Monte**. Disponível em <https://cimi.org.br/2008/06/27578/>. Acessado em 09 de setembro de 2022.

LEMES, D. P. & BRESCIANI, D. G. **A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JUÍNA: “UMA ANÁLISE DE CASO DOS PRODUTORES DA APROFEJU”**. RCA – Revista Científica da AJES, Juína/MT, v. 01, n.01, p. 01 - 15, set./dez. 2010.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPLANTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, 'A RAINHA DA FLORESTA'

MORENO, Gileane. **O Processo Histórico de Acesso à Terra em Mato Grosso**. Artigo para GEOSUL. Florianópolis, v. 14, nº 27 p. 67-90, Janeiro/Junho 1999. Publicado no site. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/18833/20128> Acesso em 25/09/2022.

RODRIGUES, M. A. **Políticas Públicas** São Paulo: PubliFolha, 2010.

SANTOS, Julio César dos. **GARIMPOS DE JUÍNA: ENTRE HISTÓRIA, RELATOS E MEMÓRIAS (1986-1994)** / Orientador: Vitale Joanoni Neto. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá. 2012.

SANTI, Rejane Pereira. **A ação da CODEMATO na colonização oficial de Mato Grosso: revisitando o Projeto Juina (1978 – 1997)**. 2015. [148] f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015.